



## Município da Marinha Grande

### Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia 14/01/2019.

Mandato de 2017/2021  
Ata nº 1

Aos catorze dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Mêlina Monteiro Mira Domingues.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia Cristina Letra Faustino Guerra não esteve presente, por se encontrar a acompanhar o seu pai, que irá ser submetido a uma intervenção cirúrgica, pelo que a Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, considerou justificada a sua falta.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.



#### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. **Sr.<sup>a</sup> Mafalda Sofia Gomes Graça** – pretende falar sobre as condições em que se encontra a sua habitação social.
2. **Sr. José da Silva Saraiva** – pretende solicitar informação sobre o andamento ou não do seu pedido de ressarcimento registado sob nº E/3669/2018.
3. **Sr.<sup>a</sup> Celina Gaspar Macedo Menezes**, na qualidade de **sócia-gerente da empresa "Chama de Sucesso"** – pretende manifestar o seu desagrado com o valor da taxa a pagar pelo levantamento da licença de utilização referente ao proc.º 27/11.
4. **Sr. Hélder Ferreira** – pretende dar a conhecer o estado de degradação em que se encontra a Rua do Alto Alentejo, pelo motivo do saneamento das moradias geminadas ali existentes verter quase diariamente para a rua, bem como a água proveniente de uma cave de moradia. Pretende ainda saber para quando está previsto o saneamento na referida rua.
5. **Sr. José Lucas** – pretende falar sobre a reconstrução do apoio de praia Naufrágil, na Praia da Vieira.
6. **Sr. Vítor Hugo Argel** – pretende falar sobre os apoios de praia da Praia da Vieira.

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos membros do executivo

## **ORDEM DO DIA**

### **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

#### **GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO**

1. Calendário das reuniões da Câmara Municipal para 2019
2. Aprovação da ata n.º 41, da reunião ordinária do dia 10 de dezembro de 2018
3. Aprovação da ata n.º 42, da reunião extraordinária do dia 14 de dezembro de 2018

### **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

#### **FINANÇAS E TESOUREARIA**

4. Resumo de Tesouraria do dia 31 de dezembro de 2018
5. 29.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018 - Ratificação do Despacho n.º 586/2018, de 20 de dezembro
6. 30.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018 - Ratificação do Despacho n.º 588/2018, de 20 de dezembro

### **DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA**

#### **OBRAS MUNICIPAIS**

7. Empreitada de Reservatório apoiado da zona de abastecimento da Estação - Concurso público n.º 12/2013. Extinção parcial de caução.
8. Pedido de substituição de Garantia bancária por Garantia autónoma - Requalificação da EB Guilherme Stephens - Marinha Grande - Concurso Público nº 16/2017
9. Ratificação do despacho de aprovação de trabalhos a menos - CP nº 01/2018 - CP n.º 01/2018 - Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG – parte 04
10. Ratificação do despacho de aprovação de trabalhos a menos - CP nº 06/2018 - Requalificação e eficiência energética da piscina municipal da Vieira de Leiria
11. Ratificação do despacho de aprovação de trabalhos a menos - CP nº 22/2018 - Requalificação Rua Nova Moinho de Cima e infraestruturas saneamento dos arruamentos adjacentes

### **DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO**

#### **RECURSOS HUMANOS**

12. Orçamentação e gestão das despesas com pessoal para o ano de 2019.

#### **BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE**

13. Isenção do pagamento de taxas
14. Autorização para pagamento de taxas em prestações

### **DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO**

#### **GESTÃO URBANÍSTICA**

15. Req.º nº 2057/18, datado de 13/11/2018 - Proc.º n.º 20/18, datado de 26/01/2018 - Imolazer-Imobiliária, Lda

16. Req.º nº 2175/18, datado de 03/12/2018 - Proc.º nº 560/17, datado de 18/12/2017 - Inject Form Empresa de Plásticos Lda.
17. Req.º nº 1642/18, datado de 12/09/2018 - Proc.º nº 372/18, datado de 12/09/2018 - Mariette Mauricette Sauvage
18. Req.º nº 2096/18, datado de 20/11/2018 - Proc.º nº 17/18, datado de 23/01/2018 - José Carlos dos Santos Ferreira
19. Req.º nº 2032/18, datado de 09/11/2018 - Proc.º nº 530/17, datado de 28/11/2017 - Eschmann Textura Internacional - Transformação de Ferramentas, Unipessoal, Lda
20. Req.º nº 2275/18, datado de 20/12/2018 - Proc.º nº 194/18, datado de 24/05/2018 - Joaquim Jesus Duarte e Júlia Lourenço Esperança Duarte
21. Req.º nº 2132/18 datado de 26/11/2018 - Proc.º nº 327/18, datado de 07/08/2018 - Mário Carvalheiro da Cruz e Maria Cristina Guerra Luís da Cruz
22. Req.º nº 2230/18, datado de 12/12/2018 - Proc.º nº 892/05, datado de 29/12/2005 - Bona Vita, Alojamento e Prestação de Cuidados de Saúde S.A.
23. Req.º nº 1413/18, datado de 31/07/2018 - Proc.º nº 313/18, datado de 31/07/2018 - Caixa Económica Montepio Geral
24. Req.º nº 2265/18, datado de 19/12/2018 - Proc.º nº 570/17, datado de 27/12/017 - Sossego do Avôzinho, Lda.
25. Req.º nº 1834/17, datado de 25/10/2017 - Proc.º nº 477/17, datado de 25/10/2017 - Frederico Manuel Gomes Barosa
26. Req.º nº 1543/18, datado de 27/08/2018 - Proc.º nº 458/2018, datado de 16/07/2018 - HK Hidroking Engenharia Térmica Lda.
27. Req.º nº 1374/17, datado de 03/08/2017 - Proc.º nº 394/2017, datado de 03/08/2017 - Fabiana Patrícia Moderno Fortunato e Estefânio Oliveira Martins
28. Req.º nº 1311/18, datado de 17/07/2018 - Proc.º nº 467/2018, datado de 17/07/2018 - Troca de Sonhos, Lda
29. E/8743/2018 - Processo de licenciamento industrial da Sevlaires Plásticos, Lda - Pedido de documento

## **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA**

### **ATIVIDADE FÍSICA**

30. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Industrial Desportivo Viegrense - Contrato programa de infraestruturas. Adiamento. Ratificação do despacho nº 641/2018 de 28 de dezembro de 2018

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Tendo em conta que no passado dia 6 de janeiro se celebrou o Dia de Reis, que esta é a primeira reunião da Câmara Municipal após essa data, e cumprindo a tradição, foi recebido no Salão Nobre o grupo coral da ASURPI – Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos da Marinha Grande, que vieram cantar as Janeiras a todo o executivo.

No final da atuação a Sr.ª Presidente agradeceu a presença do grupo coral da ASURPI, desejou a todos um Bom Ano de 2019 e convidou os presentes para celebrarem com um vinho do Porto e uma fatia de bolo-rei.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

**1. Sr.<sup>a</sup> Mafalda Sofia Gomes Graça** – inscreveu-se para falar sobre as condições em que se encontra a sua habitação social.

**Apesar de inscrita, a munícipe não compareceu.**

**2. Sr. José da Silva Saraiva** – inscreveu-se para solicitar informação sobre o andamento ou não do seu pedido de ressarcimento registado sob nº E/3669/2018.

**Apesar de inscrito, o munícipe não compareceu.**

**3. Sr.<sup>a</sup> Celina Gaspar Macedo Menezes**, na qualidade de **sócia-gerente da empresa "Chama de Sucesso"** – inscreveu-se para manifestar o seu desagrado com o valor da taxa a pagar pelo levantamento da licença de utilização referente ao proc.<sup>o</sup> 27/11.

**Apesar de inscrita, a munícipe não compareceu.**

**4. Sr. Hélder Ferreira** – deu a conhecer os seguintes assuntos, referentes à Rua do Alto Alentejo, nas Trutas:

**1.º** - o estado de degradação em que se encontra a referida rua, motivado pela existência, nas traseiras da coletividade, de 4 vivendas geminadas, cujas fossas não chegam e enchem, despejando quase diariamente para a rua. Esta situação tem pelo menos 15 anos. No dia 31 de dezembro telefonou para a Câmara, porque estavam a correr para a estrada, mas só lá foram no dia 4 de janeiro. Os moradores já se cansaram de vir aos estaleiros falar com a Eng.<sup>a</sup>. Trata-se de uma questão de saúde pública. Não entende a razão de o saneamento das Trutas ter parado a cerca de 30 metros das casas e aqui não ter sido feito nada.

**2.º** - chamou a atenção para a água drenada para a via pública, todos os dias, e que agora, com o tempo frio, gela, tornando-se perigoso.

**5. Sr. José Lucas** – inscreveu-se para falar sobre a reconstrução do apoio de praia Naufrágil, na Praia da Vieira. Referiu que em 18 anos, os valores que pagaram para ocupar aquele espaço, entre licenças à APA, nadadores salvadores, água, manutenção das casas de banho e limpeza, foi de cerca de 194.000€. Nesta altura já passaram 3 meses desde o furacão Leslie e não sabem o que a Câmara está a fazer. Estes dois concessionários foram os únicos no concelho que tiveram perda total, foram afetados por um fenómeno da natureza e os seguros não dizem nada. Aproxima-se a época balnear e vive disto, não tem outro rendimento. Sabe que a Câmara de Leiria está a ajudar um concessionário, assim como a Câmara da Figueira da Foz, que também está a apoiar. Todas as suas poupanças já se gastaram e está a ficar sem dinheiro para os seus gastos e da sua família. Pretende saber o que a Câmara tem em mente fazer para os ajudar.

**6. Sr. Vítor Hugo Argel** – inscreveu-se para falar sobre os apoios de praia da Praia da Vieira. Dado que a sua situação é idêntica à que foi relatada anteriormente, referiu que fazia suas as palavras daquele concessionário.

Terminadas as intervenções dos munícipes, a **Sr.ª Presidente** desejou a todos um Bom Ano, com muita saúde, e de seguida deu a palavra ao **Sr. Vereador Carlos Caetano**, que respondeu o seguinte, no âmbito das suas áreas de atuação:

- **Sr. Hélder Ferreira** – o Sr. Vereador disse que conhece a situação da água limpa que é drenada para a via pública. Mandou lá a fiscalização, já identificaram o local, e a Junta também ajudou a regularizar, com uma intervenção em que foi prolongada a vala, só que a água ao chegar junto das casas, como já não há canalização, vai toda para a estrada, e ainda é mais do que era antes. Estão a ser tomadas as medidas corretivas e punitivas, mas a solução passa pela resolução da situação do saneamento doméstico e pluvial.  
Informou ainda que a instalação do saneamento nas Trutas é feita por fases: duas que já estão feitas, e depois a parte alta, onde fica a casa do Sr. Hélder, cujo projeto está a ser feito, e que espera que avance em abril.  
Seguidamente o Sr. Vereador referiu as várias ruas a abranger com o saneamento, pluvial e doméstico, rede de águas e pavimentação. Quando se fizer esta obra resolver-se-á o problema aqui exposto. Pensa que se o concurso for lançado em abril poder-se-á começar a obra no verão.
- **Sr. Hugo Argel e Sr. José Lucas** – a **Sr.ª Presidente** informou que assim que a situação ocorreu a Câmara tentou levar ao local o Ministro, para se aperceber da situação e ver se no Orçamento de Estado poderia haver uma qualquer solução para ajudar as autarquias. A Câmara não tem competência para apoiar particulares ou empresas. Já pediu um parecer jurídico em outubro e vai nesse sentido. Em novembro voltou a insistir, para saber se a Câmara tinha forma de apoiar, e em termos jurídicos a autarquia não tem competência.  
Seguidamente a **Sr.ª Presidente** leu um excerto do parecer jurídico.  
Referiu que as medidas que vieram do Governo foi a abertura de linhas de crédito às empresas afetadas, sem juros nos dois primeiros anos, e depois com juros bonificados. Também tentou saber junto da Vereadora do Ambiente da Câmara de Leiria como é que a Câmara estava a fazer para apoiar, e o que ela lhe disse foi que não tinham condições para apoiar, e que a informação de que na altura da **Dr.ª Isabel Damasceno** teria havido apoio para as casas de banho não era verdade.  
O **Sr. José Lucas** referiu que quando diz que apoiam está a falar das casas de banho, porque o Ambiente exige aos concessionários uma casa de banho aberta ao público, não é só para os seus clientes.  
A **Sr.ª Presidente** disse que esta posição não é a sua vontade, mas aquilo que legalmente a Câmara pode fazer. Na Praia da Vieira há casas de banho públicas, e por isso as do estabelecimento não podem ser apoiadas. A Câmara não tem uma base legal para poder apoiar, e aquilo que o Governo fez foi criar uma linha de crédito para apoiar as pessoas afetadas. No intervalo da reunião dar-lhes-á toda a informação sobre a linha de crédito.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Sr.ª Presidente** deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- Desejou a todos um Bom Ano.
- Sobre os munícipes referiu o seguinte:
  - ⇒ Trutas – sente vergonha de estar num concelho industrial como é o nosso e virem aqui munícipes falar de fossas. Lamenta que em pleno século XXI aqui se venha falar de fossas. Foi por esta razão que a CDU insistiu para se reforçar a verba para saneamento no concelho.
  - ⇒ Concessionários – disse que louva a intenção da Sr.ª Presidente em se justificar, mas louvaria mais se utilizasse o seu tempo a informar e encontrar soluções, nomeadamente sobre a linha de crédito. Sabe que os membros do executivo têm vontade de apoiar mas não sabem, não têm competência. Se os concessionários têm casas de banho que são utilizadas pela população, então, como política, deveria pedir aos técnicos para arranjam uma solução que possa alocar para a Câmara a manutenção das casas de banho. De seguida deu o exemplo de como se deveria tomar a deliberação, ficando a Câmara a custear as despesas das casas de banho, assim como também da água.  
Os **concessionários** presentes disseram que no contrato está previsto a Câmara assumir o pagamento da água, mas nunca o fez.  
A **Sr.ª Presidente** referiu que têm que se sentar todos à mesa.  
A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** prosseguiu e referiu que há duas situações em que a Câmara deve apoiar: dar informações aos concessionários e dar apoio nas casas de banho.
- Lamentou a queixa de um empresário publicada no Jornal de Leiria, em que reclama da demora da CMMG. Sabe que a resposta da Câmara foi ao mais alto nível, vindo para a praça pública insultar. O caminho deveria ter sido chamar o empresário, e outros, e dialogar. Seria mais profícuo para o concelho em vez de arranjar desculpas.
- Valorlis – sobre a resposta que deram à Câmara perguntou ao Sr. Vereador: e agora?
- Agrupamento de Escuteiros – qual o ponto de situação sobre a candidatura à Escola dos Outeiros, que ainda não obteve resposta desde setembro.
- O que está pensado para o Observatório do Pinhal? Os sobreiros estão todos mortos, assim como os pinheiros. A Comissão “O pinhal é nosso” apresentou uma petição na Assembleia da República e aguarda resposta. Como deixaram de falar no assunto nunca mais se falou do pinhal.
- Novo símbolo do concelho – disse que detesta e que acha horroroso. Na sua opinião não tem nada a ver com a terra, e até alguns estabelecimentos comerciais têm um símbolo semelhante. É de mau gosto e lamenta que antes não tenha sido colocado à discussão, embora não estranhe e já se vá habituando.
- Lixo de S. Pedro – disse que voltava à carga porque ficou incomodada com o que foi escrito sobre o assunto. Considera uma vergonha dizer que é responsabilidade da Junta.

Foi ver o que está na delegação de competências e foi também ver à APA, para saber o que é da competência da Junta, e concluiu que aquela recolha não é da sua competência mas sim da Câmara. Sabe que as Senhoras Presidentes já se entenderam, mas gostaria de deixar claro que não é da competência da Junta, conforme consta do seu parecer, que leu e que pretende que fique em ata, pelo que se reproduz:

*“Relativamente à questão da recolha do lixo em S. Pedro de Moel (seja no Vale seja em qualquer outro local mas, nesta análise vamos referir-nos ao Vale de S. Pedro por ser este o nosso tema central), esclareça-se o seguinte:*

*Ponto Prévio:*

*- existe um Acordo de Execução - Delegação de Competências, subscrito entre a Câmara Municipal e as três Juntas de Freguesia, que prevê serem as Juntas a assumir determinadas competências que lhe são, como o próprio nome indica, delegadas pela Câmara.*

*No caso concreto, porque se trata de S. Pedro de Moel que pertence à freguesia da Marinha Grande, iremos debruçar-nos sobre o Acordo subscrito entre a Câmara e esta Junta de Freguesia.*

*No Vale de S. Pedro existem DOIS CONTENTORES para resíduos sólidos urbanos; o lixo existente e que se acumulou no Vale do S. Pedro é composto por **lixo urbano** isto é, **resultante das actividades humanas**, o mesmo é dizer, são **resíduos sólidos urbanos**.*

*Analizando o supra referido Acordo em que a Câmara delega algumas competências na Junta de Freguesia, analisemos o teor da cláusula 9º, pedra de toque para o cabal esclarecimento desta questão, a qual dispõe acerca da “Limpeza Urbana”. E assim, no seu número um, esta cláusula 9ª estatui que: “ A Junta da Marinha Grande assegura a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros”; No seu número 2, esta cláusula refere que “as vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros referidos no número anterior são os identificados no Anexo I deste Acordo”.*

*No seu número 3, esta cláusula 9ª diz quais as funções, em concreto, que competem à Junta de Freguesia da Marinha Grande, na concretização do estatuído nos números 1 e 2. E assim, no que ao que aqui nos propomos analisar, a alínea c) do nº 3 da cláusula 9ª refere o seguinte: cabe à Junta da Marinha **“a limpeza e manutenção de papaleiras”**.*

*E é só!*

*É o que o Acordo celebrado entre a Câmara e a Junta da Marinha estatui, preto no branco, acerca desta matéria em concreto: “limpeza e manutenção de papaleiras”.*

*Tendo em conta que do que se tratava (e trata) era da recolha e remoção de resíduos sólidos urbanos, é fácil de ver que tal não compete, de todo, à Junta de Freguesia da Marinha Grande. Então compete a quem?*

*Continuando esta nossa modesta análise, vejamos o que são as competências da Câmara Municipal nesta matéria. Consultado o site da Câmara, na parte do Ambiente, podemos ler o seguinte: “O Município da Marinha Grande efectua a recolha de resíduos sólidos urbanos, através da prestação de serviços que tem com a empresa Pragosa Ambiente SA”. Em S. Pedro de Moel tal recolha é efectuada nas noites de domingo para 2ª feira, terça para quarta e quinta para sexta...*



*Então e qual a exacta definição de “Resíduos Sólidos Urbanos”?*

*A APA (Agência Portuguesa do Ambiente) no Dec- Lei 73/2011 de 17 de Junho, define os resíduos sólidos urbanos da seguinte forma: “resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações”. Assim, são considerados resíduos urbanos os produzidos:*

- a) Pelos agregados familiares (resíduos domésticos);*
- b) (...);*
- c) (...);”*

*Portanto, não podem subsistir quaisquer dúvidas de que COMPETE À CÂMARA MUNICIPAL A RECOLHA E REMOÇÃO DO LIXO URBANO RESULTANTE DAS ACTIVIDADES HUMANAS, isto é, RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS que, tal como os define a APA não são mais do que o lixo doméstico, o lixo urbano, produzido pelos agregados familiares!*

*Por isso, a bem dos Municípios de S. Pedro de Moel, esperemos que aquele triste espectáculo de acumulação de lixo no Vale de S. Pedro se não repita, cabendo ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE à Câmara Municipal a sua recolha (se, na sua boa fé e espírito de colaboração a Srª Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande se dispôs a colaborar, nós, Câmara Municipal, só temos que agradecer porque, de facto, NENHUMA RESPONSABILIDADE A JUNTA TEM). Por isso, Srª Presidente, é muito feio estarmos permanentemente a sacudir a água do nosso capote. Assuma as suas responsabilidades para com os Municípios. Foi para isso que foi eleita.”*

- Terminou a sua intervenção dando os parabéns ao André Barros, compositor marinhense, cuja música está em destaque no anúncio da LG, e com reconhecimento internacional.

**A Sr.ª Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- Desejou a todos um Bom Ano.
- Agradeceu à ASURPI terem presenteado todo o executivo com as Janeiras, e referiu que o grupo coral tem evoluído muito.
- Quando ocorreu a intempérie reforçou-se a situação para se fazerem as limpezas, para que tudo estivesse pronto no início da época balnear. S. Pedro de Moel está encaminhado, mas a Vieira está em risco, e não compreende porque não se fez nada em 3 meses. É triste.
- Desfibriladores – perguntou como está a situação, e o que já se avançou no processo.
- Perguntou se o e-mail enviado por um munícipe em 18/12/2018, sobre o estacionamento na Rua das Portas Verdes, já foi respondido.

**A Sr.ª Vereadora Mêlina Mira cumprimentou todos os presentes e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:**

*“- Desejo um bom ano a todos.*

- As minhas intervenções desde Outubro vêm no seguimento da tempestade Leslie, temos vindo sempre a insistir para que se apoie os concessionários tanto ao nível da construção dos wc's como passar a ser a Câmara a suportar as contas da água por se tratar de um serviço público que estes concessionários prestam a toda a comunidade. Na última reunião de 21 Dezembro voltámos a reforçar este apelo e a resposta tem sido sempre a mesma da parte da Sra. Presidente: NÃO! Não porque não pode, não porque a CCDR deu um parecer sobre esta impossibilidade, parecer esse que gostaria que a Sra. Presidente o enviasse, já o pedi anteriormente.

Por outro lado os eleitos do PS para a freguesia de Vieira de Leiria apresentaram uma Moção para que também os empresários turísticos tivessem apoio, dando o exemplo dos fogos. Então em que ficamos? São assim tão irracionais as propostas que temos deixado nesta Câmara? Afinal parece que não é unanime a posição do PS sobre esta temática! Mas que se avance e se apoie estes e todos os concessionários nestas situações!!!! Ainda bem que esta moção veio dar a conhecer uma preocupação que sempre foi nossa!

Sobre esta questão é porque a Sra Presidente ficou de analisar o que propusemos na reunião de 21 de Dezembro, queríamos saber se já há resposta para a questão do consumo de água dos concessionários serem suportados pela autarquia, e não queremos saber se outros municípios dão ou não apoio, consideramos LEGÍTIMO ESTA AUTARQUIA apoiar quem dá o bom nome às nossas praias, seja Praia da Vieira, seja S. Pedro, e que apesar de serem empresários prestam serviço público e têm despesas por isso. Que se faça um protocolo específico para estes efeitos, sendo possível a Câmara passar a apoiar os wc's destes concessionários como sendo wc's públicos!

- Voltamos a questionar o ponto de situação da escola primária dos Outeiros na Vieira, quando temos o processo dos 3 candidatos para se decidir esta atribuição? Estamos a meio de Janeiro 2019, os interessados apresentaram candidaturas atempadamente. O que impede que esta decisão seja tomada? Quando é que temos decisão?"

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa, e referiu o seguinte:**

- Deixou votos de um bom Ano Novo de 2019, para os presentes e para quem está em casa.
- Sobre as intervenções dos munícipes, fez os seguintes comentários:  
O que se ouviu aqui falar foi de dois assuntos – porcarias, nas Trutas, e prazos. As pessoas quando vêm à reunião é porque já estão saturadas. Assim como os concessionários, que têm de ser ajudados. Não percebe porque é que a Câmara não cumpre com o acordado para o pagamento da água. Entende que não se está a falar de apoiar um particular, uma vez que foi aqui dito que se trata de um local em que se presta um serviço público. Só pedem ajuda para a água e para os wc's. Faltam 3 meses para a época balnear, e por isso pediu à Sr.ª Presidente que resolva este problema rapidamente, porque se a Câmara não tiver estes concessionários não poderá abrir a época balnear.

**Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:**

#### **“1. FELICITAÇÕES**

- a) *Felicitar o músico marinhense André Barros, pelo reconhecimento internacional.*

- b) *Felicitar o Desportivo Náutico da Marinha Grande (DNMG) pelo desempenho no campeonato nacional de juniores e seniores de piscina curta. A nível individual felicitar a Ana Ferreira Costa, que arrecadou a única medalha de ouro para a região nos 50 metros bruços. Em seniores, felicitar a Giovanna Vargas por ter conquistado a medalha de bronze nos 200 metros mariposa e o Viktor Kot que foi terceiro nos 100 metros costas*
- c) *Felicitar o Clube de Atletismo da Marinha Grande pelo desempenho no Campeonato Distrital de juvenis. A nível individual de destacar os títulos distritais para Gustavo Gomes, nos 5000m marcha, David Pereira no lançamento do peso, Tomás Palma nos 1500m e Maria Teixeira no Salto em Comprimento. Obtiveram ainda mais 11 pódios, pelos atletas Catarina Ferreira, Pedro Fernandes, Francisco Vilhena, Ema Paulo. Também no Campeonato Distrital de Absolutos na Pista Coberta, a atleta Diana Morgado sagou-se campeã distrital de salto em altura, a Maria João Esteves venceu a prova de salto em comprimento e o Rodrigo Agostinho venceu o triplo salto.*

## **2. MUNÍCIPES**

*É meu dever questionar sobre problemas que os municípios que dão conhecimento. São eles a razão de eu estar aqui. Têm sido muitos os que me abordam (e cada vez mais) e por isso gostaria que me informassem, para dar lhes conhecimento.*

*2.1 A rua que vai do Pilado para a Estrada da Vieira está boa, mas a rotunda continua incompleta. Recordamos que o vereador Caetano disse há uns meses ao Sr. Joaquim Grilo que iria resolver de imediato. Como ainda não está, questionamos o que se passa.*

*2.2 A rotunda que vai para o Pero Neto tem todas as semanas acidentes. O último foi no dia 6, e uma vez mais o município Sr. Carlos Laranjo enviou um mail com fotos. O vereador Caetano vai dia 16 ter uma reunião com as IP, e deve exigir que solucionem este problema, com a execução duma rotunda a toda a estrada. E conjuntamente levar uma proposta para solucionar o cruzamento mais abaixo junto ao Pingo Doce.*

*O que pretendemos que o vereador Caetano traga como resposta é: o que fazer e quando.*

*2.3 O problema junto à Escola Nery Capucho mantém-se. O município Sr. João Silva vem recordar que em Novembro o vereador Caetano disse que estaria resolvido até final do ano, no entanto o ano passou e nada mudou, ou seja, o que lhe disse que até ao final do ano passado estaria tudo resolvido não passou de mais uma falsa informação. Afinal o que falhou para, uma vez mais, não termos cumprido com o prometido aos municípios?*

*2.4 A município Sra. Cindy Ferreira enviou um mail com a preocupação de uns cachorros mal tratados na Rua Vila Real de Santo António. Gostaria que nos informassem que procedimentos tomaram e se já informaram a município.*

*2.5 Há cerca de um ano falámos aqui da Rua Mestre José da Silva Roque, em Picassinós, em que parte da rua tem saneamento e a outra parte não tem. O vereador Caetano respondeu então à município Sra. Elsa Machado o seguinte: “Estou neste momento na Rua Mestre José da Silva Roque a verificar a situação que descreve. De facto, não parece haver qualquer razão para que este pequeno troço da rua não tenha a rede de saneamento*

construída, até porque existe declive suficiente para fazer a ligação à rede existente na estrada da Maceira.

Assim, vou desde já incluir este assunto nas prioridades na área do saneamento.”

Vem agora a munícipe questionar porque não está feito.

Mais um caso em que “tudo tratado e nada resolvido”, ou seja, o vereador Caetano dá razão à munícipe, diz que é prioritário, mas não resolve o problema.

### **3. ASSUNTOS DIVERSOS**

#### **3.1 Túnel do Santos Barosa**

Recebemos a 3 de janeiro reclamações que não há iluminação no túnel do Santos Barosa, e que ainda esta noite se mantinha. O que se passa para que tantos projetores estejam apagados? Porque não atuamos de imediato?

#### **3.2 O problema que aqui reportámos na Rua do Ponto da Boavista, cheio de mato, ervas e bichos continua por resolver.**

Está a tornar-se um caso de saúde pública. Qual a razão por que não limpamos ou exigimos a limpeza ao proprietário?

#### **3.3 No Jornal de Leiria veio uma notícia intitulada: “Burocracia na Câmara trava empresários da Marinha Grande”. Nada do que ali é escrito é falso, não percebemos a indignação da Câmara perante o que os jornalistas escrevem, sobretudo quando se limitam a constatar factos. Sobre este assunto, o vereador Caetano justifica o atraso da alteração ao RMEU por ter sido substituído um jurista?!?**

A responsabilidade de não ter ainda sido alterado foi do responsável do departamento jurídico que foi substituído ou da senhora que sofreu um acidente e ficou de baixa médica??? Isto é inqualificável.

Como é possível um político desresponsabilizar-se de um processo que tem em primeira instância a sua responsabilidade?

Como é possível vir para a praça pública desculpabilizar-se com um recurso ridículo aos técnicos e dirigentes da autarquia?

Qual a unidade orgânica que tem a responsabilidade sobre o licenciamento industrial? É a divisão jurídica ou a de gestão e ordenamento do território?

É evidente que a Câmara não tem técnicos suficientes e agora mais um arquiteto abandonou a Câmara o que dificulta todo este processo. Já percebemos que por mobilidade não há quem queira vir para a Câmara. Mas precisamos urgentemente de resolver este problema e colocar mais técnicos na DGT, para fazer a revisão do RMEU e para apreciar os processos de obras particulares e de empresas que têm muito atraso. O que pensa fazer o responsável pela DGT, vereador Caetano?

#### **3.4 Jardim de Infância da Boavista**

Relativamente a este processo do Jardim de infância da Boavista recebemos uma comunicação da Sr.ª vereadora Célia onde esta nos dá conta do ponto de situação dos problemas do JI Boavista. Sobre esta matéria a vereadora Célia refere que: “ É de realçar que na visita efetuada pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), esta assinalou a necessidade de algumas intervenções, não existindo, no entanto, conforme confirmado quer por aquela entidade, quer pelas educadoras, qualquer problema que coloque em causa a segurança e o bem-estar das crianças do JI.”

A Sr.ª vereadora confirma que a DGEstE lhe comunicou que não há problemas de segurança.

Tivemos acesso à comunicação que a DGEstE enviou à Câmara no dia 21.12.2018 onde refere precisamente o contrário. Nesta comunicação a DGEST passo a citar:

*“considerando que as situações em apreço poderão pôr em causa a segurança e bem-estar das crianças solicita-se que se diligencie no sentido do melhor empenho e resolução das citadas situações com a maior brevidade possível”.*

*Afinal parece que poderá haver problemas com a segurança e bem-estar das crianças, mas a Sra. Vereadora Célia, preferiu anunciar o contrário.*

*O que já foi feito desde 21 de dezembro?”*

**Terminadas as intervenções dos Srs. Vereadores, a Sr.ª Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador Carlos Caetano, que respondeu o seguinte, no âmbito das suas áreas de atuação:**

- Valorlis e maus cheiros – está satisfeito por a empresa responder, mas não pode estar satisfeito com a ação a desenvolver, assim como também não está satisfeita a colega Vereadora da Câmara de Leiria, uma vez que os maus cheiros se intensificaram muito nos dois concelhos. Sabe que houve intervenção da empresa no aterro, foram feitos furos de perfuração de biogás e houve fugas de maus cheiros, mas já terminaram. Por outro lado os cheiros também se propagam com mais facilidade devido ao corte de algumas árvores. A empresa apresentou uma solução, que passa pelo lançamento de canhões de cheiro, que não convence a CMMG e a CML, e por isso esperam que a empresa apresente outra solução.
- Bollinghaus – esta foi a empresa que deu origem à notícia no Jornal de Leiria, mas a verdade é que não há ainda na Câmara um projeto, só um contacto. A empresa precisa de 15 metros de altura e o PDM só permite 9,5/10 metros. Depois de em novembro ter chegado ao seu conhecimento este assunto, o mesmo esteve a ser analisado internamente, tendo surgido várias hipóteses. Uma delas seria rebaixar a construção, outra, mais demorada, era suspender o PDM. Como também há um caso semelhante aqui na Marinha Grande, a empresa Santos Barosa, avançou-se mesmo para a solução da suspensão do PDM, e por isso já se iniciaram os procedimentos para que isso aconteça. Tudo o resto que se possa falar é só ruído à volta da empresa. O que interessa agora é saber se as duas empresas vão conseguir implantar as suas construções.
- Desfibrilhadores – já reuniu com o João Granja, mas quem está a acompanhar mais de perto e poderá explicar melhor é a Sr.ª Vereadora Célia.
- Estacionamento na Rua das Portas Verdes – não respondeu diretamente à município, porque algumas das respostas são dadas pelos serviços, mas a solução passa por se criar e pintar uma caixa amarela.
- Saneamento das Trutas – pensa avançar com o procedimento em abril.
- Sr. Joaquim Grilo, entroncamento da estrada nova – a estrada está pronta e a obra foi concluída exatamente como estava no projeto.
- Rotunda do Pero Neto – há reunião nas Infraestruturas de Portugal na próxima sexta-feira, e será abordado este assunto assim como o cruzamento do Pingo Doce e as raízes da estrada de S. Pedro, entre outros.  
O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu ao Sr. Vereador para depois dar conta do resultado, e do que vão fazer e quando.
- Escola Nery Capucho – está a ser preparado o procedimento e espera lançar o concurso em fevereiro.
- Rua Mestre José da Silva Roque – em Picassinos só há uma pequena área, de 5 casas, sem saneamento, pelo que se integrou este troço numa das fases do saneamento de Picassinos, e espera que o concurso seja lançado em março/2019.

- Túnel da Santos Barosa – também recebeu o e-mail. Viu com os serviços, tendo-lhe sido dito que a manutenção seria da responsabilidade da empresa. Pediu que fossem ao local, averiguassem e fizessem o levantamento, e independentemente de quem seja a responsabilidade, entende que a manutenção deve ser feita pela Câmara.
- Rua Ponto da Boavista – tem que ver com a Proteção Civil, pelo que não tem agora aqui resposta.
- Jornal de Leiria – independentemente de o Sr. Vereador Aurélio dizer o que disse sobre o que o Vereador teria dito sobre os serviços, só tem a referir que isso é completamente despropositado. O que disse à Senhora jornalista não foi isso. O facto de o RMEU não estar alterado nada tem a ver com a Chefe de Divisão que está aqui há apenas 2 meses. Considera um perfeito disparate, e nunca diria isso. Sobre os técnicos, referiu que é verdade que saiu um arquiteto, mas a Sr.ª Presidente já deu as orientações necessárias para que venham mais técnicos, para reforçar os serviços. Contudo, apesar de a equipa da DGT ser pequena, estão a fazer um esforço enorme para ir recuperando o atrasado. A recuperação é de 1 para 3, ou seja, por cada processo novo que entra são recuperados 3 processos. Reconhece o esforço e por isso deixou o seu agradecimento.

**A Sr.ª Presidente respondeu o seguinte às restantes questões:**

- Pediu aos Srs. Vereadores que reflitam sobre as suas palavras. Dizem que ela é arrogante, que deveria ter outra postura, que envergonha os empresários, e por isso quer dizer que não se revê nestas palavras. Conduz as reuniões dentro das normas regulamentares, não tem nada a ver com postura, e por isso só quer pedir aos Srs. Vereadores que colaborem no sentido da boa condução da reunião. Não vem aqui para fazer a política do “sim senhora”, não quer dar falsas esperanças, e por isso, dentro da verdade e da legalidade, e com serenidade e humildade, vai tentando colher todas as informações, de modo a ver qual o melhor caminho a seguir.
- Pedido dos Escuteiros – em dezembro foi ao Agrupamento da Vieira com a Sr.ª Vereadora, e neste momento só há a Escola dos Outeiros e várias entidades à espera de um espaço, pelo que se estão a analisar os pedidos.
- Observatório do Pinhal do Rei – houve uma reunião em dezembro, foram analisadas as informações da Comissão Científica, e há um grupo de trabalho local que já enviou a sua análise para o ICNF. Sobre os sobreiros e o *show-off*, referiu que quando se faz uma reflorestação há árvores que sobrevivem e outras que morrem. Tem a ver com as condições climáticas, e o verão passado foi um dos mais agressivos. Este Observatório tem feito o seu trabalho de uma forma muito digna, reunindo periodicamente e apresentando soluções. Não se cruzaram os braços, e ainda recentemente esteve numa Universidade onde o assunto foi abordado. Por todas estas razões afirmou que não se revê nas afirmações aqui feitas.
- Lixo em S. Pedro – o período de verão, em S. Pedro, é da competência da Câmara. No restante período do ano a limpeza é da competência da Junta de Freguesia. Há efetivamente um problema no vale de S. Pedro. Havia caixotes do lixo, não havia contentores, e quando se substituíram, e porque havia dificuldade nos acessos, mantiveram-se os caixotes e as pessoas colocaram ali o lixo. Reuniu-se com a Sr.ª Presidente da Junta, e em colaboração, foram lá retirar o lixo durante o verão. É uma questão de colaboração, e pensa que se irão entender e resolver a questão.

- Referiu que também se revê e subscreve os parabéns aos atletas marinhenses, bem como ao músico André Barros.
- Época balnear – a Câmara está disponível e irá dar todos os esclarecimentos relativamente às candidaturas aos financiamentos bancários.  
Em relação aos concessionários, referiu que também não se revê nas palavras da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Mêlina, quando diz que alguém anda a mentir. Aqui ninguém anda a mentir a ninguém. Vai verificar e pedir qualquer protocolo que possa existir na Câmara de Leiria, não deixando de realçar que às vezes determinadas soluções só são possíveis em certos contextos.  
Não se revê de todo nestas afirmações, e tudo aquilo que já aqui informou foi o que recolheu, pelo que reiterou toda a disponibilidade da Câmara para fornecer informações.
- Gabinete de apoio ao munícipe – está previsto na reorganização dos serviços, mas ainda não está a funcionar.  
Quando dizem que ninguém quer vir para a Câmara e que outros se vão embora, quer dizer que não manda na vida de cada um. E também há técnicos de outras autarquias que querem vir para a CMMG, só que depois os Presidentes das Câmaras não os deixam vir.  
Informou que já foram encetados os procedimentos para a abertura de concurso para a DGT e para a DQV, para 4 arquitetos e 2 engenheiros.  
Referiu que este executivo está a resolver os assuntos, e ainda hoje foi resolvido um assunto que tinha 15 anos. Este executivo está em funções há pouco mais de um ano, e está com a verdadeira intenção de resolver todos os assuntos, mas não se podem resolver da noite para o dia.  
Deu como exemplo um concurso para uma obra, em que se tudo correr dentro do esperado, demorará entre 4 a 5 meses.  
A Câmara está empenhada em resolver os problemas, quer resolvê-los, mas isso não se faz de um momento para o outro.  
Estão agora a ser fechadas as contas de 2018 e foram feitos mais de 5 milhões de euros em empreitadas. Esta é que é a verdade, e por isso custa-lhe ouvir dizer que não se fazem obras. É preciso ter consciência da realidade e não embandear nas palavras.
- Rotunda do Pero Neto e cruzamento do Pingo Doce – o Sr. Vereador já falou destas obras, para cuja necessidade a Câmara tem vindo a sensibilizar as Infraestruturas de Portugal.
- Bollinghaus e Santos Barosa – referiu que a Câmara já foi à CCDR para tentar resolver, porque é um assunto que preocupa o executivo. Tal como o Sr. Vereador disse não há um processo da empresa, mas só um contacto destes com a Câmara.  
Uma alteração ao PDM leva cerca de seis meses. Uma suspensão é mais rápida, mas tem que haver fortes fundamentos, e mais tarde terá que dar origem a uma alteração. É por isso que a Câmara está a pedir às empresas que apresentem um pedido à Câmara, para fundamentar o pedido à CCDR e dar início ao procedimento, porque os papéis são necessários.
- Sobre as outras situações apresentadas e que não referiu, irá recolher as informações para poder dar resposta mais tarde.
- Jardim da Boavista – referiu que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora está a acompanhar e a tentar resolver, porque há sempre qualquer coisa para resolver. É verdade que há arbustos por cortar, mas o Sr. Vereador já tem essa informação.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** perguntou à Sr.ª Presidente se é possível fazer o procedimento que sugeriu.

A **Sr.ª Presidente** disse que já deu as respostas que tinha a dar, pelo que deu por terminado o período de antes da ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Concluído o período de antes da ordem do dia, a **Sr.ª Presidente** interrompeu a reunião das 16:55 horas às 17:35 horas, para um breve intervalo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

### **ORDEM DO DIA**

#### **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

##### **GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO**

#### **1. Calendário das reuniões da Câmara Municipal para 2019**

Presente o calendário das reuniões ordinárias da Câmara Municipal a realizar no ano de 2019, elaborado de acordo com a periodicidade, dia e hora definidos no início do mandato.

**A Câmara tomou conhecimento.**

#### **2. Aprovação da ata n.º 41, da reunião ordinária do dia 10 de dezembro de 2018**

1 - Presente a ata n.º 41, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 10 de dezembro de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **3. Aprovação da ata n.º 42, da reunião extraordinária do dia 14 de dezembro de 2018**

2 - Presente a ata n.º 42, da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 14 de dezembro de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.



A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, por não ter estado presente nesta reunião.

## **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

### **FINANÇAS E TESOUREARIA**

#### **4. Resumo de Tesouraria do dia 31 de dezembro de 2018**

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **12.704.373,92€** (doze milhões, setecentos e quatro mil, trezentos e setenta e três euros e noventa e dois cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

#### **5. 29.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018 - Ratificação do Despacho n.º 586/2018, de 20 de dezembro**

3 - Presente o despacho n.º 586/2018, datado de 20/12/2018, da Presidente da Câmara Municipal, que se transcreve na íntegra:

*“Considerando a informação n.º I/3209/2018, de 19/12/2018 da Divisão de Modernização e Capacitação, a qual identifica a necessidade de se proceder a uma alteração orçamental para efeitos do processamento do vencimento de dezembro de 2018 aos trabalhadores da autarquia, cujo pagamento tem que ocorrer no dia 21 de dezembro de 2018.*

*Considerando que não existe enquadramento orçamental na presente data para a despesa que se pretende assumir e que o atraso na assunção da mesma poderá determinar o atraso no pagamento dos vencimentos aos trabalhadores da autarquia.*

*Considerando que a próxima reunião da Câmara Municipal se encontra agendada para o dia 21.12.2018 e que na data da agenda as necessidades ainda não se encontravam identificadas pelo serviço de recursos humanos, importa garantir o pagamento dos vencimentos aos trabalhadores da autarquia, não existindo prazo para o cumprimento do prazo de convocação de reunião extraordinária do órgão executivo.*

*Atendendo ao exposto, e por se tratar de uma circunstância excecional e por motivo de urgência, importa proceder a Modificação aos Documentos Previsionais de 2018, para efeitos de enquadramento orçamental do procedimento de contratação pública.*

*Assim sendo, aprovo a **29.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018**, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, constituída pelas seguintes alterações e atentos mapas em anexo:*

**25ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2018**, no valor de 16.037,63 euros nos reforços e de 16.037,63 euros nas anulações;

**23ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2018**, no valor de 4.000,00 euros nas anulações.

*Mais determino, ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 35.º Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que desta decisão seja dado conhecimento à Câmara Municipal na próxima reunião do órgão executivo para efeitos de ratificação do presente despacho.”*

**A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 35º n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de Setembro, ratificar o despacho nº 586/2018 de 20 de dezembro de 2018.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **6. 30.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018 - Ratificação do Despacho nº 588/2018, de 20 de dezembro**

4 - Presente o despacho n.º 588/2018, datado de 20/12/2018, da Presidente da Câmara Municipal, que se transcreve na íntegra:

*“Considerando a informação n.º I/3221/2018, de 20/12/2018 da Divisão de Modernização e Capacitação, em aditamento à informação n.º I/3209/2018, de 19/12/2018, a qual identifica a necessidade de se proceder a uma alteração orçamental para efeitos do processamento do vencimento de dezembro de 2018 aos trabalhadores da autarquia, cujo pagamento tem que ocorrer no dia 21 de dezembro de 2018.*

*Considerando que não existe enquadramento orçamental na presente data para a despesa que se pretende assumir e que o atraso na assunção da mesma poderá determinar o atraso no pagamento dos vencimentos aos trabalhadores da autarquia.*

*Considerando que a próxima reunião da Câmara Municipal se encontra agendada para o dia 21.12.2018 e que na data da agenda as necessidades ainda não se encontravam identificadas pelo serviço de recursos humanos, importa garantir o pagamento dos vencimentos aos trabalhadores da autarquia, não existindo prazo para o cumprimento do prazo de convocação de reunião extraordinária do órgão executivo.*

*Atendendo ao exposto, e por se tratar de uma circunstância excecional e por motivo de urgência, importa proceder a Modificação aos Documentos Previsionais de 2018, para efeitos de enquadramento orçamental do procedimento de contratação pública.*

*Assim sendo, aprovo a 30.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, constituída pelas seguintes alterações e atentos mapas em anexo:*

**26ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2018**, no valor de 2.598,77 euros nos reforços e de 2.598,77 euros nas anulações;

*Mais determino, ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 35.º Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que desta decisão seja dado conhecimento à Câmara Municipal na próxima reunião do órgão executivo para efeitos de ratificação do presente despacho.”*

**A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 35º n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de Setembro, ratificar o despacho nº 586/2018 de 20 de dezembro de 2018.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA**

### **OBRAS MUNICIPAIS**

#### **7. Empreitada de Reservatório apoiado da zona de abastecimento da Estação - Concurso público n.º 12/2013. Extinção parcial de caução.**

5 - A Srª. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

O Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, veio estabelecer um regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução dos contratos de empreitada de obras públicas, com vista a diminuir os custos e os sacrifícios acrescidos para as estruturas financeiras das empresas.

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do n.º 5 do artigo 3.º, do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto, a extinção parcial das cauções prestadas no âmbito de um contrato de empreitada de obras públicas depende da realização de vistoria, da qual se lavra auto que deve declarar, se for o caso, que não existem defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro.

**Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto e tendo em conta o teor do respetivo auto de vistoria, delibera autorizar a liberação parcial da caução prestada no âmbito da empreitada de “Reservatório apoiado da zona de abastecimento da Estação - Concurso público n.º 12/2013”, em 15% do seu valor.**

**A presente deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta.**

#### **8. Pedido de substituição de Garantia bancária por Garantia autónoma - Requalificação da EB Guilherme Stephens - Marinha Grande - Concurso Público nº 16/2017**

6 - Presente ofício da empresa Valeixa -Construção Civil, Lda através do qual solicita a substituição dos valores retidos pela autarquia no âmbito da empreitada supra identificada bem como a substituição da garantia bancária nº 72006741493 emitida pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal, CRL em 29 de setembro de 2017 apresentando para o efeito cinco garantias de caução emitidas pela Garval, SA., registada com o nº E/9097/2018, de 01 de outubro e informação nº I/3244/2018, de 27 de dezembro, da Divisão Jurídica e de Apoio.

Por deliberação camarária de 29 de outubro 2018 foram já aceites quatro dessas garantias e autorizada a restituição da importância de 21.510,22 euros ao adjudicatário Valeixa - Construção Civil, Lda.

**A Câmara Municipal apreciou a referida informação e face à mesma delibera, nos termos do artº 294º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, aceitar a garantia autónoma nº 2018.03431 emitida pela GARVAL - Sociedade de Garantia Mútua S.A. no valor de 20.441,66 euros em substituição da garantia bancária nº 72006741493 prestada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal, CRL, em 29 de setembro de 2017 para celebração do Contrato nº C99/2017, de 28 de novembro de 2017.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**9. Ratificação do despacho de aprovação de trabalhos a menos - CP nº 01/2018 - CP n.º 01/2018 - Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG – parte 04**

7 - Presente despacho da presidente da Câmara, proferido a 28-12-2018, que aprovou, no âmbito do contrato de empreitada de “AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE (ZIMG) E REDE VIÁRIA DA SAÍDA NORTE DA ZIMG – PARTE 04”, em que é cocontratante a Contec, SA, em que é cocontratante a Contec, SA, trabalhos a menos no valor total 2.465,18€ (dois mil, quatrocentos e sessenta e cinco euros e dezoito cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal e informação com referência smv/39/2018, DQV, da mesma data, que o fundamentou.

**A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 35.º n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o Despacho n.º 637/2018 de 28 de dezembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**10. Ratificação do despacho de aprovação de trabalhos a menos - CP nº 06/2018 - Requalificação e eficiência energética da piscina municipal da Vieira de Leiria**

8 - Presente despacho da presidente da Câmara, proferido a 28-12-2018, que aprovou, no âmbito do contrato de empreitada de “REQUALIFICAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DA PISCINA MUNICIPAL DE VIEIRA DE LEIRIA”, adjudicada à empresa SGOIN, SA, trabalhos a menos no valor total 514,08€ (quinhentos e catorze euros e oito cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal e informação com referência JJ-53.2018, DQV, da mesma data, que o fundamentou.

**A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 35.º n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o Despacho n.º 638/2018 de 28 de dezembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**11. Ratificação do despacho de aprovação de trabalhos a menos - CP nº 22/2018 - Requalificação Rua Nova Moinho de Cima e infraestruturas saneamento dos arruamentos adjacentes**

9 - Presente despacho da presidente da Câmara, proferido a 28-12-2018, que aprovou, no âmbito do contrato de empreitada de “REQUALIFICAÇÃO RUA NOVA MOINHO DE CIMA E

INFRAESTRUTURAS SANEAMENTO DOS ARRUAMENTOS ADJACENTES”, adjudicada à empresa CONSTRUÇÕES VIEIRA MENDES, LDA., trabalhos a menos no valor total 32.197,53€. (trinta e dois mil, cento e noventa e sete euros e cinquenta e três cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal e informação com referência smv/40/2018, DQV, da mesma data, que o fundamentou.

**A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 35.º n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o Despacho n.º 639/2018 de 28 de dezembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO**

### **RECURSOS HUMANOS**

#### **12. Orçamentação e gestão das despesas com pessoal para o ano de 2019.**

10 - Presente I/51/2019, de 9 de janeiro, dos Recursos Humanos, anexa à presente, intitulada Orçamentação e gestão das despesas com pessoal para o ano 2019, com o enquadramento legal atinente a esta matéria.

O n.º 1 do artigo 31.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, dispõe que o orçamento dos órgãos ou serviços deve prever os seguintes encargos relativos aos trabalhadores:

- Encargos relativos a remunerações;
- Encargos relativos aos postos de trabalho previstos e não ocupados nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja o recrutamento;
- Encargos com alterações do posicionamento remuneratório;
- Encargos relativos a prémios de desempenho.

O seu n.º 2 preceitua que compete ao dirigente máximo do órgão ou serviço decidir sobre o montante máximo de cada um dos tipos de encargos, podendo optar pela afetação integral das verbas orçamentais correspondentes a apenas um dos tipos. A decisão deve ser tomada no prazo de 15 dias após o início da execução do orçamento, devendo discriminar as verbas afetas a cada tipo de encargos, nos termos do n.º 3.

Por seu turno, o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, que procede à adaptação à administração autárquica do disposto na LTFP, conforme se infere do n.º 3 do artigo 42.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos correspondentes órgãos, prescreve que os orçamentos das autarquias locais preveem verbas destinadas a suportar os encargos previstos no n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (atualmente, o n.º 1 do artigo 31.º da LTFP).

Nos termos do n.º 2 do citado artigo 5.º, compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos:

- a) Recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados no mapa de pessoal aprovado, e, ou;

- b) Alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;
- c) Atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores.

Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, o órgão executivo fixa fundamentadamente, o montante máximo, com as desagregações necessárias dos encargos que se propõe suportar, bem como o universo das carreiras e categorias onde as alterações do posicionamento remuneratório na categoria podem ter lugar.

Igual procedimento se aplica à atribuição dos prémios de desempenho, por força do n.º 1 do artigo 13.º do mesmo diploma.

Nos termos do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2019 (LOE 2019), em 2019 são permitidas as valorizações e acréscimos remuneratórios resultantes dos seguintes atos:

- Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, relevando, para o efeito, os pontos ainda não utilizados que o trabalhador tenha acumulado durante o período de proibição de valorizações remuneratórias, e sendo o pagamento dos acréscimos remuneratórios a que o trabalhador tenha direito por via das situações ocorridas em 2018 ou que ocorram em 2019 processado de acordo com o faseamento previsto para 2019 no n.º 8 do artigo 18.º da Lei do Orçamento do Estado de 2018 (LOE 2018), aprovada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (n.º 2 do artigo 16.º da LOE 2019);
- Alterações gestionárias de posicionamento remuneratório, nos termos do artigo 158.º da LTFP, dentro da dotação inicial aprovada para este mecanismo, com aplicação do faseamento previsto no n.º 8 do artigo 18.º da LOE 2018 (n.º 3 do artigo 16.º da LOE 2019);
- Atribuição de prémios de desempenho, de 50% do valor regulamentado dentro da dotação inicial aprovada para o pagamento de prémios de desempenho, abrangendo preferencialmente os trabalhadores que não tenham tido alteração obrigatória de posicionamento remuneratório desde 1 de janeiro de 2018 (n.º 4 do artigo 16.º da LOE 2019).

No orçamento do Município da Marinha Grande para o ano de 2019, aprovado pela digníssima Assembleia Municipal em sessão ordinária de 20 de dezembro de 2018, ficou previsto para despesas com pessoal o montante de 6.694.944,58€. Deste montante, e considerando o assunto aqui em análise, importa destacar:

- Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho, num total de 266.892,13€, dos quais 224.853,83€ respeitam a contratação de pessoal por tempo indeterminado; 8.852,41€ a contratação de pessoal a termo e 33.185,89€, a contratação de pessoal dirigente;
- Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório num total de 167.200,54€.

Assim, e considerando o orçamento de pessoal aprovado propõe-se que:

1. A Exma. Câmara Municipal, no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, delibere aprovar as verbas orçamentais destinadas a suportar os seguintes encargos:

- **Encargos relativos aos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal aprovados e para os quais se preveja o recrutamento**  
É prevista a dotação de 266.892,13€, dos quais 224.853,83€ respeitam a contratação de pessoal por tempo indeterminado; 8.852,41€ a contratação de pessoal a termo e 33.185,89€, a contratação de pessoal dirigente;
  - **Encargos com alteração do posicionamento remuneratório**  
É prevista a dotação de 167.200,54€, destinada a alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, nos termos do n.º 7 do artigo 156.º da LTFP, conjugado com o n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro;
  - **Encargos relativos a prémios de desempenho**  
No orçamento de despesas correntes com pessoal para o ano 2019, não foi prevista dotação para o efeito.
2. Torne pública a presente deliberação, mediante afixação em local próprio e publicitação na página eletrónica do Município.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO**

#### **13. Isenção do pagamento de taxas**

11 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

**O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para as comemorações do 18 de janeiro de 1934;
- Parecer para o lançamento de artefactos pirotécnicos

Presente a informação nº 1/AF de 1 de janeiro de 2019, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente à atividade identificada, isentar o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído e do parecer para o lançamento de artefactos pirotécnicos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **14. Autorização para pagamento de taxas em prestações**

12 - Presente os requerimentos:

- registo de entrada E/11033/2018 em que Leonel Marques de Matos, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1480 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

- registo de entrada E/10012/2018 em que Paulo Jorge de Vasconcelos, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 764 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

- registo de entrada E/11007/2018 em que Maria Umbelina Ferreira Cardoso Pais, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1187 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

- registo de entrada E/15/2019 em que Horácio da Nazaré Ribeiro, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1152 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

- registo de entrada E/128/2019 em que Fernando José Rodrigues Ribeiro, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1421 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do citado artigo.

Presentes as informações nºs 1/AF, 2/AF, 3/AF, 4/AF e 5/AF de 09 de janeiro de 2019, onde se confirma que os pedidos estão instruídos e acompanhados dos elementos previstos no n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

**Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar aos requerentes identificados o pagamento da taxa de concessão das sepulturas perpétuas do Cemitério de Casal Galego, em 8 prestações mensais.**

**Mais delibera anular a guia de receita nº 15359/2/2018 de 18/12/2018, no valor de 1.000,00€, a guia de receita nº 13208/2/2018 de 24/10/2018, no valor de 1.000,00€, a guia de receita nº 15358/2/2018 de 18/12/2018, no valor de 1.000,00€ e a guia de receita nº 15364/2/2018 de 18/12/2018, no valor de 1.000,00€, para que sejam emitidas as guias de receita referentes às prestações.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**



## **DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO**

### **GESTÃO URBANÍSTICA**

#### **15. Req.º nº 2057/18, datado de 13/11/2018 - Proc.º nº 20/18, datado de 26/01/2018 - Imolazer-Imobiliária, Lda**

13 - Presente pedido com o registo n.º2057/18, datado de 13/11/2018, relativo a licenciamento de alteração e ampliação de edifício destinado a habitação, sito no n.º 40 da rua 25 de Abril, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15302 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2186, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 20/18, com data de entrada de 26/01/2018, apresentado por **Imolazer-Imobiliária, Lda.**, com o NIPC 506719065, com sede na rua do Repouso, 48, Casal Galego, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a aprovação do projeto de arquitetura;

Presente informação técnica, datada de 08/01/2019, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento relativo a alteração e ampliação de edifício destinado a habitação, sito no n.º 40 da rua 25 de Abril, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15302 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2186, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 20/18, com data de entrada de 26/01/2018, apresentado por Imolazer-Imobiliária, Lda., com o NIPC 506719065, com sede na rua do Repouso, 48, Casal Galego, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1. - Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;**
- 2. - Execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente os passeios e respetivos remates ao longo das frentes urbanas do prédio.**

**Delibera, igualmente, aceitar a cedência ao domínio público da área de 37,40 m2.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **16. Req.º nº 2175/18, datado de 03/12/2018 - Proc.º nº 560/17, datado de 18/12/2017 - Inject Form Empresa de Plásticos Lda.**

14 - Presente pedido com o registo n.º 2175/18, datado de 03/12/2018, relativo a **ampliação e legalização de ampliação de uma unidade industrial** sita na rua do Repouso, Tojeira, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs

6877, 13790 e 9921, inscritos respetivamente na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14113 e na matriz predial rústica sob os artigos 5991 e 5989, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 560/17, com data de entrada de 18/12/2017, apresentado por **Inject Form Empresa de Plásticos Lda.**, com o NIPC 504 367 650, com sede na rua do Repouso, Casal Galego, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 20/02/2018;

Presente processo de regularização extraordinária, com o n.º 478/15, apresentado a 17/12/2015 pela mesma empresa, a exercer a sua atividade nesta unidade, o qual obteve, em reunião de Conferência Decisória realizada a 17/11/2016, deliberação favorável condicionada;

Presente informação técnica, datada de 10/12/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidades em condições de ser aceites;

Presente informação técnica, datada de 19/12/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo relativo à ampliação e legalização de ampliação de uma unidade industrial sita na rua do Repouso, Tojeira, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 6877, 13790 e 9921, inscritos respetivamente na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14113 e na matriz predial rústica sob os artigos 5991 e 5989, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 560/17, com data de entrada de 18/12/2017, apresentado por Inject Form Empresa de Plásticos Lda., com o NIPC 504 367 650, com sede na rua do Repouso, Casal Galego, freguesia e concelho da Marinha Grande.**

**Delibera, igualmente, informar que a concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor.**

**Mais delibera informar o requerente que deverá proceder ao licenciamento da atividade industrial, após obtenção do respetivo título de autorização de utilização, nos termos do disposto no Sistema da Indústria Responsável (SIR), publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio, devendo ter em conta os condicionalismos expressos na ata da conferência decisória realizada a 17/11/2016 relativa ao processo de regularização extraordinária, com o n.º 478/15, referente à atividade desenvolvida na unidade industrial em causa.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**17. Req.º nº 1642/18, datado de 12/09/2018 - Proc.º n.º 372/18, datado de 12/09/2018 - Mariette Mauricette Sauvage**

15 - Presente requerimento n.º 1642/18, datado de 2018/09/12, constante do processo camarário n.º 372/18, subscrito por **Mariette Mauricette Sauvage**, com o NIF 291321500, com domicílio fiscal em rua dos Coelho, n.º 14, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da obra de **“Ampliação de edifício de habitação unifamiliar”**, incidente sobre um prédio urbano sito na rua dos Coelho, n.º 14, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13833 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 17682.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2018/12/13 e 2018/12/19, referentes, respetivamente, aos projetos de arquitetura e das especialidades apresentados.

**Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “Ampliação de edifício de habitação unifamiliar”, incidente sobre um prédio urbano sito na rua dos Coelho, n.º 14, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13833 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 17682, com o número de processo 372/18, com data de entrada em 2018/09/12, apresentado por Mariette Mauricette Sauvage, com o NIF 291321500, com domicílio fiscal em rua dos Coelho, n.º 14, freguesia e concelho de Marinha Grande.**

**Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**18. Req.º nº 2096/18, datado de 20/11/2018 - Proc.º n.º 17/18, datado de 23/01/2018 - José Carlos dos Santos Ferreira**

16 - Presente requerimento n.º 2096/18, datado de 2018/11/20, constante do processo camarário n.º 17/18, subscrito por **José Carlos dos Santos Ferreira**, com o NIF 205118577, residente em rua Eng. André Navarro, n.º 32, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar e muro de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua do Caminho Velho, lugar de Machinha, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1309 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 806, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/07/23.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2018/12/28, referente aos projetos das especialidades apresentados.

**Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muro de vedação*”, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua do Caminho Velho, lugar de Machinha, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1309 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 806, com o número de processo 17/18, com data de entrada em 2018/01/23, apresentado por José Carlos dos Santos Ferreira, com o NIF 205118577, residente em rua Eng. André Navarro, n.º 32, freguesia e concelho de Marinha Grande.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**19. Req.º nº 2032/18, datado de 09/11/2018 - Proc.º n.º 530/17, datado de 28/11/2017 - Eschmann Textura Internacional - Transformação de Ferramentas, Unipessoal, Lda**

17 - Presente pedido com o registo n.º 2032/18, datado de 09/11/2018, relativo a licenciamento de obras de ampliação, a executar na unidade industrial sita na estrada nacional 242, ao Km 17200, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 885 e omissa na matriz predial urbana, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 530/17, com data de entrada de 28/11/2017, apresentado por **Eschmann Textura Internacional - Transformação de Ferramentas, Unipessoal, Lda**, com o NIPC 504 445 227, com sede na Estrada Nacional n.º 242, Kilómetro 17,2 - Pataias - Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 30/04/2018;

Presente informação técnica, datada de 26/12/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade em condições de ser aceites.

Presente informação técnica, datada de 07/01/2019, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido;

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obras de ampliação, a executar na unidade industrial sita na estrada nacional 242, ao Km 17200, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 885 e omissa na matriz predial urbana, da freguesia da Moita e concelho da Marinha

Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 530/17, com data de entrada de 28/11/2017, apresentado por Eschmann Textura Internacional - Transformação de Ferramentas, Unipessoal, Lda, com o NIPC 504 445 227, com sede na Est Nacional n.º 242, Kilómetro 17,2 - Pataias - Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3 - Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**20. Req.º nº 2275/18, datado de 20/12/2018 - Proc.º n.º 194/18, datado de 24/05/2018 - Joaquim Jesus Duarte e Júlia Lourenço Esperança Duarte**

18 - Presente pedido com o registo n.º 2275/18, datado de 20/12/2018, relativo a legalização de uma exploração de bovinos, sita no terreno localizado no Carvoeiro, Fagundo, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 677, inscrito na Matriz Predial Rústica sob o artigo n.º 10203, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 194/18, com data de entrada de 24/05/2018, apresentado por **Joaquim Jesus Duarte**, com o NIF 132 490 919 e por **Júlia Lourenço Esperança Duarte**, com o NIF 132 490 900, residentes na rua Maria Elisa, Casalito, n.º 1500, Amor, Leiria, a solicitar o respetivo licenciamento;

Presente informação técnica, datada de 07/01/2019, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade entregues em condições de ser aceites.

Presente informação técnica elaborada a 8/01/2019, que atesta encontrar-se o pedido em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido relativo a legalização de uma exploração de bovinos, sita no terreno localizado no Carvoeiro, Fagundo, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 677, inscrito na Matriz Predial Rústica sob o artigo n.º 10203, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 194/18, com data de entrada de 24/05/2018, apresentado por Joaquim Jesus Duarte, com o NIF 132 490 919 e por Júlia Lourenço Esperança Duarte, com o NIF 132 490 900, residentes na rua Maria Elisa, Casalito, n.º 1500, Amor, Leiria.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**Delibera igualmente informar o requerente que deverá dar cumprimento aos condicionalismos expressos na ata da conferência decisória realizada a 21/09/2016.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**21. Req.º nº 2132/18 datado de 26/11/2018 - Proc.º n.º 327/18, datado de 07/08/2018 - Mário Carvalho da Cruz e Maria Cristina Guerra Luís da Cruz**

19 - Presente pedido com o registo n.º 2132/18, datado de 26/11/2018, relativo a licenciamento de construção de edifício destinado a habitação unifamiliar, no prédio sito na rua do Ribeiro, Fonte Santa, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16140 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18760, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 327/18, com data de entrada de 07/08/2018, apresentado por **Mário Carvalho da Cruz** e por **Maria Cristina Guerra Luís da Cruz**, com os NIF 165 567 767 e 141 263 369, respetivamente, residentes na rua do Comércio, n.º 25, Carvide, união das freguesias de Monte Real e Carvide e concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 26/11/2018;

Presente informação técnica, datada de 26/12/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 08/01/2019, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a construção de edifício destinado a habitação unifamiliar, no prédio sito na rua do Ribeiro, Fonte Santa, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16140 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18760, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 327/18, com data de entrada de 07/08/2018, apresentado por Mário Carvalho da Cruz e por Maria Cristina Guerra Luís da Cruz, com os NIF 165 567 767 e 141 263 369, respetivamente, residentes na rua do Comércio, n.º 25, Carvide, união das freguesias de Monte Real e Carvide e concelho de Leiria.**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3 - Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**22. Req.º nº 2230/18, datado de 12/12/2018 - Proc.º n.º 892/05, datado de 29/12/2005 - Bona Vita, Alojamento e Prestação de Cuidados de Saúde S.A.**

20 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de construção de um edifício destinado à instalação de uma unidade médica de cuidados paliativos e continuados, a levar a efeito na Rua David Mourão Ferreira, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13767 e inscrito na matriz urbana sob o n.º 9137, a que corresponde o processo de licenciamento n.º 892/05, de 29/12/2005, aprovado em reunião de Câmara de 15/04/2010.

Presente requerimento n.º 2230/18, de 12/12/2019, pelo qual é solicitada a emissão de certidão comprovativa de que o edifício em causa, satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no n.º 3 do art. 66.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Presente parecer técnico datado de 02/01/2019 que atesta estarem preenchidos, no projeto, os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

**A Câmara delibera:**

**Deferir o pedido e mandar emitir a certidão requerida comprovativa da verificação, em projeto, do cumprimento dos requisitos legais para que o edifício, a erigir na rua David Mourão Ferreira, Várzea, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13767, inscrito na matriz predial rústica da Marinha Grande sob o artigo n.º 9137, a que corresponde o processo de licenciamento n.º 892/05, de 29/12/2005, aprovado em reunião de Câmara de 15 de abril de 2010, possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Código Civil.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**23. Req.º nº 1413/18, datado de 31/07/2018 - Proc.º nº 313/18, datado de 31/07/2018 - Caixa Económica Montepio Geral**

21 - Presente requerimento n.º 1413/18, registado em 2018/07/31, constante do processo camarário n.º 313/18, registado em 2018/07/31, referente a pedido de **licenciamento (legalização) da obra de construção de uma moradia e muro de vedação**, erigidos no prédio urbano situado na Rua do Fagundo n.º 170, lugar do Fagundo, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20307 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 10187, apresentado por **Caixa Económica Montepio Geral**, com o NIPC 500792615, com sede na Rua Áurea, n.º 219 a 291, Lisboa.

Presente parecer técnico datado de 2018/12/19, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelo requerimento n.º n.º 1413/18, registado em 2018/07/31, constante do processo camarário n.º 313/18, registado em 2018/07/31, referente a pedido de licenciamento (legalização) da obra de construção de uma moradia e muro de vedação, erigidos no prédio urbano situado na Rua do Fagundo n.º 170, lugar do Fagundo, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20307 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 10187, apresentado por Caixa Económica Montepio Geral, com o NIPC 500792615, com sede na Rua Áurea, n.º 219 a 291, Lisboa, bem como do parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por o projeto violar normas legais e regulamentares aplicáveis, constantes artigo 66º n.º 1, artigo 73.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas - RGEU, relativos à área mínima de compartimento de habitação (quarto) e disposição das janelas de compartimentos de habitação (sala), por não assegurar normas técnicas aplicáveis e rede de espaços e equipamentos acessíveis, conforme Decreto-Lei n.º 163/06, de 08/08 e por o muro frontal exceder as alturas descritas nas alíneas b) e c) do N.º 1 do artigo 18º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Acresce que:

a) O pedido não esclarece de forma clara a caracterização da operação urbanística que se propõe realizar.

b) A instrução do presente processo deve ser revista por forma a completa-lo e adequa-lo às orientações aplicáveis, contidas na Portaria n.º 113/2015, de 22/04, descritas no n.º 3, n.º 4, n.º 5, n.º 15, bem como as descritas no n.º 17, se aplicável.

c) Para além das normas descritas na Portaria n.º 113/2015, de 22/04, as peças gráficas devem ainda conter:



1) Planta de Implantação à escala de 1:200 ou superior, desenhada sobre levantamento topográfico do terreno e área envolvente numa extensão de 20m a contar dos limites do prédio, incluindo o arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno, (inicial e final), área de cedência ao domínio público, áreas impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas, contendo a delimitação do prédio na sua totalidade, a implantação do edifício projetado, incluindo corpos balanceados, escadas, varandas, cotados em relação às extremas, as construções existentes, maciços arbóreos, indicação dos lugares de estacionamento, sempre que estes não sejam criados no interior do edifício, indicação da localização dos contadores ou baterias de contadores e recetáculos postais, inscrição de todas as confrontações e ainda as condicionantes existentes, designadamente linhas de água e infraestruturas;

2) Plantas à escala 1:50 ou 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos, corretamente cotadas, incluindo cotas de nível dos pavimentos, bem como a representação do mobiliário fixo e equipamento sanitário, ao nível de cada piso, incluindo aproveitamento dos forros e outros espaços não habitáveis, sempre que se preveja o acesso aos mesmos. A Planta da Cobertura, deverá indicar, conforme os casos, tubos de ventilação de instalações sanitárias, tubos de ventilação do sistema de esgotos, tubo de queda de drenagem de águas pluviais, fugas e material empregue nas chaminés e escadas de acesso, se as houver;

3) Cortes longitudinais e transversais à escala 1:50 ou 1:100 abrangendo o terreno, com indicação do perfil existente e o proposto, cotados, incluindo cotas dos diversos pisos.

4) Alçados à escala 1:50 ou 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, bem como as construções adjacentes, quando existam, na extensão de pelo menos 5,00m. Tratando-se de moradias geminadas e moradias em banda, devem ser apresentados alçados completos do conjunto, contendo ainda os acabamentos exteriores, com indicação das cores e materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, bem como das construções adjacentes, quando existam.

A Câmara Municipal delibera ainda informar:

1- Tratando-se de edificação erigida num lote, tal como descrito na Memória Descritiva e Justificativa do projeto, o pedido deve ser instruído com Extrato da Planta Síntese do Loteamento.

2- Para efeito de aferição do número de pisos do edifício deve ser tido em, conta entre outras normas regulamentares, o disposto no artigo 13.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

3- O pedido é formulado em 2018, pelo que ao mesmo são aplicáveis as normas legais em vigor na data do seu registo.

Em se tratando de pedido que objetive a legalização de obras realizadas sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, cuja legalização se pretenda realizar ao abrigo do artigo 102º-A do RJUE, pode, nos termos descritos no n.º 5 do referido artigo, *ser dispensado o cumprimento de normas técnicas relativas à construção cujo cumprimento se tenha tornado impossível ou que não seja razoável exigir, desde que*

***se verifique terem sido cumpridas as condições técnicas vigentes à data da realização da operação urbanística em questão, competindo ao requerente fazer a prova de tal data.***

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**24. Req.º nº 2265/18, datado de 19/12/2018 - Proc.º n.º 570/17, datado de 27/12/017 - Sossego do Avôzinho, Lda.**

22 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 2265/18, datado de 19/12/2018 apresentado por **Sossego do Avôzinho, Lda.**, com o NIPC 507928393, com sede em Lameiro, freguesia de Monte Real e Carvide e concelho de Leiria, a solicitar a emissão do alvará e exploração do parque de garrafas de gases de petróleo liquefeitos em taras, para reservas comerciais, da Classe A 3, com a capacidade de 40m³, a instalar num prédio urbano sito na Rua de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, cujo licenciamento decorreu no âmbito do processo camarário n.º 570/17.

Presente parecer técnico datado de 09/01/2019, bem como despacho do do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista nos artigos 12.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 30/11, na redação do Decreto-lei n.º 217/2012, de 09/10.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao parque de garrafas gases de petróleo liquefeitos em taras, para reservas comerciais, da Classe A 3, com a capacidade de 40m³, a instalar num prédio urbano sito na Rua de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, propriedade de Sossego do Avôzinho, Lda., com o NIPC 507928393, com sede em Lameiro, freguesia de Monte Real e Carvide e concelho de Leiria, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Engª Vasco Fernandes**
- 2) Membros suplentes**  
**Engenheira Maria João Oliveira**  
**Arquiteto Miguel Figueiredo**  
**Dr. Hugo Areal**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**25. Req.º nº 1834/17, datado de 25/10/2017 - Proc.º n.º 477/17, datado de 25/10/2017 - Frederico Manuel Gomes Barosa**

23 - Presente pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício sito na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a

benefícios fiscais, solicitado por **Frederico Manuel Gomes Barosa**, com o NIF 194089967, residente em Rua Comendador Santos Barosa, n.º 3, freguesia e concelho de Marinha Grande, respeitante ao edifício sito na Rua da Covina, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.427 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.291;

Presente deliberação tomada na reunião de Câmara de 13/11/2017, considerando o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a determinar a realização de vistoria ao edifício mencionado, para efeitos de classificação do estado inicial do edifício;

Presente Auto de Vistoria datado de 18/12/2018, respeitante à vistoria realizada em 22/11/2017, descrevendo o estado da edificação, bem como a ficha de avaliação aprovada no âmbito da Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, devidamente preenchida;

**Após análise da pretensão e do auto de vistoria mencionado a Câmara delibera:**

**Informar o requerente que, tendo em conta os critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como o preenchimento da ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal, e conforme auto de vistoria datado de 18/12/2018, ao imóvel sito na Rua da Covina, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.427 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.291, propriedade de Frederico Manuel Gomes Barosa, com o NIF 194089967, residente em Rua Comendador Santos Barosa, n.º 3, freguesia e concelho de Marinha Grande, é atribuído o nível de conservação MÉDIO correspondendo-lhe o coeficiente de conservação 3,33.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**26. Req.º nº 1543/18, datado de 27/08/2018 - Proc.º n.º 458/2018, datado de 16/07/2018 - HK Hidroking Engenharia Térmica Lda.**

24 - Presente pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício sito na Área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **HK Hidroking Engenharia Térmica Lda.**, com o NIPC 510727727, com sede em Rua do Pastor, n.º 12, Boa Vista, união das freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista e concelho de Leiria, respeitante ao edifício sito na Rua Pereira Crespo, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.245 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 212;

Presente deliberação tomada na reunião de Câmara de 03/09/2018, considerando o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a determinar a realização de vistoria ao edifício mencionado, para efeitos de classificação do estado inicial do edifício;

Presente Auto de Vistoria datado de 21/12/2018, respeitante à vistoria realizada em 13/09/2018, descrevendo o estado da edificação, bem como a ficha de avaliação aprovada no âmbito da Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, devidamente preenchida;

**Após análise da pretensão e do auto de vistoria mencionado a Câmara delibera:**

**Informar a sociedade requerente que, tendo em conta os critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como o preenchimento da ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal, e conforme auto de vistoria datado de 22/12/2018, ao imóvel sito em Rua Pereira Crespo, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.245 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 212, propriedade de HK Hidroking Engenharia Térmica Lda., com o NIPC 510727727, com sede em Rua do Pastor, n.º 12, Boa Vista, união das freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista e concelho de Leiria, é atribuído o nível de conservação MAU correspondendo-lhe o coeficiente de conservação 2,13.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**27. Req.º nº 1374/17, datado de 03/08/2017 - Proc.º nº 394/2017, datado de 03/08/2017 - Fabiana Patrícia Moderno Fortunato e Estefânio Oliveira Martins**

25 - Presente pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício sito na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **Fabiana Patrícia Moderno Fortunato**, com o NIF 208054987, e por **Estefânio Oliveira Martins**, com o NIF 201710579, ambos residentes na Rua António de Sousa Calado, n.º 5, lugar de Figueiras, freguesia e concelho da Marinha Grande, respeitante ao edifício sito na Rua Pedro Viana e Largo do Albuquerque, n.º 13 descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.349 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 223;

Presente deliberação tomada na reunião de Câmara de 13/11/2017, considerando o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a determinar a realização de vistoria ao edifício mencionado, para efeitos de classificação do estado inicial do edifício;

Presente Auto de Vistoria datado de 19/12/2018, respeitante à vistoria realizada em 22/11/2017, descrevendo o estado da edificação, bem como a ficha de avaliação aprovada no âmbito da Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, devidamente preenchida;

**Após análise da pretensão e do auto de vistoria mencionado a Câmara delibera:**

**Informar os requerentes que, tendo em conta os critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como o preenchimento da ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal, e conforme auto de vistoria datado de 18/12/2018, ao imóvel sito em Rua Pedro Viana e Largo do Albuquerque, n.º 13 descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.349 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 223, propriedade**

de Fabiana Patrícia Moderno Fortunato, com o NIF 208054987, e por Estefânio Oliveira Martins, com o NIF 201710579, ambos residentes na Rua António de Sousa Calado, n.º 5, lugar de Figueiras, freguesia e concelho da Marinha Grande, é atribuído o nível de conservação MÉDIO correspondendo-lhe o coeficiente de conservação 3,07.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**28. Req.º nº 1311/18, datado de 17/07/2018 - Proc.º nº 467/2018, datado de 17/07/2018 - Troca de Sonhos, Lda**

26 - Presente pedido com o registo de entrada n.º 1311/18, datado de 17-07-2018, apresentado por **Troca de Sonhos, Lda**, com sede na Avenida Vítor Gallo, n.º 108, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, em que é solicitado parecer favorável, ao abrigo do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na redação da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, à celebração de escritura pública de compra e venda de um prédio rústico, da qual resultará a constituição de compropriedade a favor de Marco António Fernandes Dinis Soares e Licínia Melissa dos Santos Lourenço.

Presente parecer jurídico datado de 05-01-2019, informação dos serviços de fiscalização datada de 9-08-2018 e parecer dos serviços técnicos de gestão urbanística, datado de 06-12-2018, todos sobre o assunto.

A Câmara Municipal analisou o pedido, com o registo de entrada n.º 1311/18, datado de 17-07-2018, apresentado por Troca de Sonhos, Lda, com sede na Avenida Vítor Gallo, n.º 108, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, em que é solicitado parecer favorável, ao abrigo do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na redação da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, à celebração de escritura pública de compra e venda de um prédio rústico, da qual resultará a constituição de compropriedade sobre o mesmo, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1138 e inscrito na matriz sob o n.º 7935, sito em Terra Nova, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, bem como o parecer jurídico datado de 05-01-2019 e parecer técnico datado de 06-12-2018, ambos sobre o assunto, e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes dos mesmos, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, cujo teor passa a fazer parte integrante da presente deliberação e que se anexam, delibera, ao abrigo do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na redação da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, emitir parecer favorável à celebração de escritura de compra e venda do dito imóvel a favor de Marco António Fernandes Dinis Soares e Licínia Melissa dos Santos Lourenço, por não se vislumbrar, na realização do referido negócio jurídico, qualquer fuga ao Regime Jurídico dos Loteamentos Urbanos, consagrado no Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro.

O presente parecer não pode ser invocado para justificar ou documentar qualquer outro negócio jurídico que não a constituição da dita compropriedade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**29. E/8743/2018 - Processo de licenciamento industrial da Sevlaires Plásticos, Lda - pedido de documento**

27 - Presente e-mail com o registo de entrada número E/873/2016, datado de 26/09/2018, apresentado por Sevlaires Plásticos, Lda., solicitando a emissão de documento que ateste que o processo de licenciamento industrial transitou do IAPMEI para a Câmara Municipal da Marinha Grande, que é a nova entidade coordenadora, face à tipologia do estabelecimento industrial.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 27/12/2018.

**Após análise da pretensão e do parecer técnico que sobre a mesma recaiu a Câmara Municipal, na qualidade de entidade coordenadora do licenciamento industrial em questão, delibera MANDAR EMITIR CERTIDÃO, a qual a empresa deverá anexar ao Título de Exploração Industrial respetivo, que ateste o seguinte:**

- a) A unidade industrial localizada na rua Nova do Moinho de Cima, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, titulada por SEVLAIRES PLÁSTICOS, LDA, detém o Título de Exploração Industrial com o n.º 623A/2015, emitido pela Direção Regional da Economia do Centro a 26/03/2015, no âmbito do respetivo processo de alteração do seu estabelecimento industrial;
- b) Nos termos do Sistema da Indústria Responsável, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, com a redação dada pelo Novo Sistema da Indústria Responsável (NSIR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio, esta unidade industrial enquadra-se no tipo 3, sendo atualmente a Câmara Municipal da Marinha Grande a entidade coordenadora do seu licenciamento industrial, e detentora do respetivo processo;
- c) As instalações detêm, atualmente, o alvará de Autorização de Utilização n.º 6/18, emitido pela Câmara Municipal a 26/01/2018, que abrange a totalidade da unidade;
- d) Encontra-se anexado ao processo de licenciamento industrial o ofício emitido pela CCDRC com a referência DLPA 1234/18, referente ao processo ITR\_2012\_0158\_101001, com o n.º Arq.: 4890, no qual esta entidade atesta a conformidade do relatório de avaliação acústica da unidade industrial em causa face aos limites estabelecidos pelo Regulamento Geral do Ruído aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17/01, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18/2007, de 16 de março e alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA**

### **ATIVIDADE FÍSICA**

**30. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Industrial Desportivo Viegrense - Contrato programa de infraestruturas. Adiamento. Ratificação do despacho n.º 641/2018 de 28 de dezembro de 2018**

28 - Presente o Despacho n.º 641/2018, datado de 28 de dezembro, da Presidente da Câmara Municipal, que se transcreve na íntegra:

“Considerando que através de deliberação de Câmara Municipal de 23 de julho de 2018 foi aprovado um apoio financeiro de 100.000,00€ ao Industrial Desportivo Vieiraense, para suporte das despesas com a Renovação de relva sintética no campo n.º 1 e a criação de novos campo de futebol de 7, de 5 e “Bambis”.

Considerando que em 27 de julho de 2018 foi celebrado um contrato-programa de Apoio a Infraestruturas.

Considerando que através de deliberação de Câmara de 16 de outubro de 2018 foi aprovada uma alteração da redação da cláusula 4.ª n.º 4 do contrato-programa.

Considerando que foi celebrado em 19 de outubro de 2018 uma adenda ao contrato-programa de Apoio a Infraestruturas.

Considerando que em 21 de dezembro de 2018 a entidade solicitou a prorrogação do prazo determinado no n.º 7 da cláusula 4.ª do contrato programa.

Considerando que na informação, de 21 de dezembro de 2018, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se apurou que a entidade executou integralmente a renovação de relva sintética no campo n.º 1, faltando apenas a conclusão da obra relativa instalação da relva reaproveitada para o campo de futebol de 7, de 5 e “Bambis”.

Considerando que a entidade garante que conseguirá concluir o cumprimento dos termos do contrato até 30 de junho de 2019.

Considerando que sem o recebimento da totalidade do apoio financeiro do Município da Marinha Grande a entidade não tem capacidade financeira para suportar as despesas que previam executar até 14 de dezembro de 2018.

Considerando que sem este apoio está em risco a totalidade do projeto objeto do contrato programa.

Considerando que o Industrial Desportivo Vieiraense, é uma associação desportiva que fomenta fortemente a prática de diversas modalidades na freguesia da Vieira de Leiria.

Considerando que a modernização destas instalações são fundamentais para a prática desportiva, não só para melhorar as condições dos atuais praticantes, mas também para permitir aumentar o número de atletas do concelho, em escalões de desporto de formação.

Considerando a necessidade de garantir até 31 de dezembro de 2018 o pagamento da última parcela relativa aos 25% constantes na nova redação da alínea c) do n.º 4 da cláusula 4.ª e que o prazo legal para convocação de reunião extraordinária do órgão executivo nos remete para o ano económico de 2019.

Considerando que a próxima reunião de câmara municipal está agendada para o decurso do mês de janeiro de 2019.

Atendendo ao exposto, e por se tratar de uma circunstância excecional e por motivo de urgência, importa proceder à aprovação de nova adenda ao contrato programa, celebrado em 27 de julho com a nova redação de 19 de outubro, conforme minuta em anexo.

Assim, nos termos da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovo a minuta de adenda ao contrato programa de apoio a infraestruturas, a celebrar com o Industrial Desportivo Viegrense.

Mais determino, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que desta decisão seja remetida à Câmara Municipal na próxima reunião do órgão executivo para efeitos de ratificação do presente despacho.”

**A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 35.º n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o Despacho n.º 641/2018 de 28 de dezembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**E nada mais havendo a tratar, a Sr.ª Presidente encerrou a reunião eram 18:00 horas.**

**No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**A Presidente da Câmara Municipal,**

**A Secretária da reunião,**